



**Exmo(s) senhor(es) gerente(s) da  
Rodoviária do Lis, Lda.**

**N/ ref.ª:** NIPG 22090/17 - PAQ 789/17

**Ofício n.º:** 38643/17

**ASSUNTO:** Notificação da Adjudicação.

**Concurso Público n.º 11/2017/DIAP – Contratação de serviços para transporte de alunos para o ano letivo 2017/2018, no âmbito da escola a tempo inteiro. DAF/930/CPN/2017**

Nos termos do disposto no artigo 77.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/08, de 29 de janeiro, e com referência ao procedimento em epígrafe, informo que, por despacho por mim proferido, foi autorizada a adjudicação da contratação do serviço, à V/ entidade pelo valor de €9.955,00, acrescido do IVA à taxa legal em vigor.

**Assim, fica V. Exa. notificado para**, de acordo com o estabelecido no artigo 81.º do referido diploma legal, no **prazo de 5 dias úteis**, remeter os documentos abaixo indicados, os quais terão de ser emitidos pelas entidades competentes:

- **Declaração de situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social** em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP;
- **Declaração de situação regularizada relativamente a impostos** devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do artigo 55.º do CCP;
- **Certificado(s) de registo criminal**, para efeitos de celebração de contratos públicos, **de todos os titulares dos órgãos sociais da administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções**, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e i) do artigo 55.º do CCP, não bastando a apresentação de certidões em número equivalente ao das pessoas com poderes para obrigar a sociedade;
- **Declaração prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP**, conforme modelo constante do **anexo II** do programa de concurso (declaração de não impedimento, conforme modelo constante do anexo II do CCP);
- **Documento que revele a titularidade das habilitações adequadas e necessárias à execução das prestações objeto do contrato a celebrar** (certidão permanente ou documento equivalente).
- **Documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a prestação dos serviços** de transporte escolar, conforme exigidos pela Portaria n.º 766/84, de 27 de Setembro.

Com os melhores cumprimentos.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL / O VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

Gestora do processo: **Patrícia Alves**

2017.08.14/SP/PA